



## **Mulheres indígenas e o enfrentamento às violências: emoções, silenciamentos e re-existências**

**Claudia Regina Nichnig**

**Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD**

**claudianichnig@gmail.com**

**RESUMO:** As mulheres indígenas, individual ou coletivamente, resistiram e resistem aos processos de aculturação e genocídio/etnocídio no Brasil, perpassando um silenciamento da historiografia para a escuta de suas vozes e o incentivo ao protagonismo na escrita da História. Seja participando de coletivos e organizações de mulheres reivindicando o direito de suas terras tradicionais, seja atuando na luta pelo enfrentamento as violências, as quais percebo como processos de re-existência, as mulheres indígenas estão presente. Através da análise da atuação e das agendas de enfrentamento as violências trazidas pelas Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, através dos documentos produzidos durante as Grandes Assembleias de Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, Kunangue Aty Guasu, a proposta é analisar as violências e suas formas de enfrentamento, problematizando como são percebidas e enfrentadas as violências no âmbito conjugal, familiar e ainda no âmbito estatal contra mulheres e crianças. As percepções e como estas afetam meninas e mulheres nas suas experiências e vivências, individuais e coletiva, ativam emoções neste processo de enfrentamento individual e coletivo.

A partir das agendas do enfrentamento as violências e as discussões sobre o acesso à educação formal nos documentos finais produzidos pela Grande Assembleia de Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, dos anos de 2019 e 2020, no Mato Grosso do



Sul vou observar de que forma são acionadas as emoções individual e coletivamente. Os dois grandes encontros, que contam com a participação de meninas e mulheres Guarani e Kaiowá, são espaços de formação de lideranças femininas nos territórios indígenas do Mato Grosso do Sul e atuação política. Assim, a proposta é focar como as mulheres indígenas ali presentes problematizam e focam as questões das violências e as formas de enfrentamento, percebendo como são percebidas pensadas as violências no âmbito conjugal e familiar e ainda no âmbito estatal. Assim, analisar as relações existentes entre os enfrentamentos as violências e de que forma acionam as emoções coletivamente e individualmente neste processo. As problematizações em torno das agendas de enfrentamento as violências de gênero e a participação de mulheres indígenas em espaços de liderança serão realizadas a partir de documentos produzidos após e durante os encontros realizados por meninas e mulheres indígenas Guarani e Kaiowá, com ênfase nos relatórios finais produzidos pelas indígenas após a realização das assembleias.

A Grande Assembleia de Mulheres Guarani e Kaiowá acontece desde 2006 no Estado do Mato Grosso do Sul, de forma anual desde 2012,<sup>1</sup> organizada por lideranças femininas as quais convidam mulheres indígenas de diferentes *tekohas* para participem da assembleia, para que juntas compartilhem as denúncias e pensem estratégias de enfrentamento. Este importante espaço de diálogo, que confronta questões locais e globais, denota “a importância do tempo presente nos estudos historiográficos atuais: o ‘fim de um paradigma nacional” (ROUSSO, 2016, p. 227), evidenciando que se trata de um tema inserido em um contexto global. O convite para participar da assembleia busca a discussão conjunta de pautas específicas para as mulheres indígenas, principalmente para homens, mulheres não indígenas e autoridades é para que sejam, sobretudo, escuta daquelas que em outros espaços são silenciadas. Neste espaço, podem coletivamente refletir sobre as violências cometidas contra as mulheres e meninas nas relações familiares, conjugais e familiares e quais são as formas de enfrentamento propostas.

---

<sup>1</sup> Particpei como professora e pesquisadora do VII Kuñangue Aty Guasu, realizado entre os dias 16 e 20 de setembro de 2019, no tekohá Ivy Katu Potrerito atuando como facilitadora de uma das oficinas sobre violências.



A *Kuñangue Aty Guasu* trata-se de um importante espaço de fala para as mulheres indígena, em que lideranças femininas se formam e são formadas, sendo o relatório final um resumo das discussões, propostas e encaminhamento da assembleia. As organizadoras do encontro de 2019 ressaltam a participação de diferentes gerações de pessoas, que participam com “seriedade e reconhecimento da luta das Mulheres indígenas”<sup>2</sup>. As discussões sobre violências contra as mulheres foi um dos motes da assembleia, com a realização de oficinas<sup>3</sup> e diferentes formas de enfrentamento propostas nos encaminhamentos finais. Mesmo que questões como a demarcação das terras indígenas e a proteção dos territórios sejam consideradas demandas importantes, percebo como a reflexão sobre resistência de mulheres indígenas em contextos de enfrentamento às violências, não somente no âmbito privado, mas também em ambientes públicos, evidenciam as mulheres e seus corpos como territórios violentados por homens (indígenas ou não) e também pelo próprio Estado.

Para analisar as principais agendas trazidas ao debate pelas mulheres indígenas provenientes de diferentes *tekohas* reunidas em assembleia, apresento alguns aspectos da produção e da circulação do documento “Relatório Final da VII Kuñangue Aty Guasu”. O documento é datado 20 de setembro de 2019, último dia do evento, o que significa que foi redigido durante a realização da assembleia, durante o período em que estiveram reunidas no *Tekohá Yvy Katu Potrerito*, localizado no município de Japorã, Estado do Mato Grosso do Sul. Através do trabalho de relatoria realizado pelas lideranças da assembleia, concluo que o relatório foi redigido por muitas mãos, não trazendo a assinatura de apenas uma liderança, justamente por se tratar de uma organização horizontal. Entretanto, podemos destacar a liderança exercida por *Kunã Aranduhá*, Jaqueline Gonçalves e a atuação e participação das *nhande sy*, responsáveis por ancorar as jovens lideranças na assembleia. A partir do documento final é possível

---

<sup>2</sup> Documento final produzido pela Organização da VII Kuñangue Aty Guasu - Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani.

<sup>3</sup> Na oficina em que participei juntamente com a professora de antropologia da UFGD, Simone Becker, as participantes relataram casos de violências e dificuldades enfrentadas, sendo que algumas mulheres indígenas afirmaram a dificuldade para o registro das violências e a imposição de sua cultura, no sentido de terem filhos e se manter casadas, o que resulta muitas vezes em experiências de violências em suas relações afetivo-conjugais. Também fizeram denúncias de conhecimento de violências obstétricas sofridas por elas mesmas ou por suas irmãs e familiares, bem como o tratamento pouco respeitoso recebido em alguns espaços públicos



perceber que a circulação das propostas, encaminhamentos e agendas, ocorre através do envio para diferentes autoridades presentes no cabeçalho, inclusive para o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, principalmente dos Poderes Executivo e Judiciário. Mas a circulação e a divulgação do relatório acontecem de forma efetiva através das redes sociais e dos debates promovidos em diferentes espaços, propostos pelas próprias lideranças indígenas, pesquisadores/as, indigenistas, professores/as, bem como apoiadores/as da causa indígena. *Kunã Aranduhá* afirmou na assembleia realizada virtualmente em 2020, que apesar das lideranças do *Kuñangue* terem enviado a todas as autoridades listadas no documento, pouco ou quase nenhum retorno recebeu dos órgãos públicos para os quais o mesmo foi encaminhado, conforme declarou mesa de encerramento da VII assembleia, no dia 30 de novembro de 2020.<sup>4</sup> O relatório final foi publicizado através de diferentes sites, dentre os quais destaco o site jornalístico [www.apublica.org](http://www.apublica.org); o site do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br); o site da organização não governamental Fian Brasil – Organização pelo Direito Humano à alimentação e à Nutrição adequada, <https://fianbrasil.org.br>; e o site da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), <https://apiboficial.org/>. Em relação ao órgão oficial do governo Federal, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a autarquia disponibilizou informações sobre a assembleia de 2018, disponibilizando o relatório final e a participação dos representantes da autarquia lotados na região da grande Dourados,<sup>5</sup> tendo declarado importância da *Kunangue Aty Guasu* como espaço de diálogo. A partir do ano de 2019 e a eleição do Presidente Jair Bolsonaro, a gestão atual do órgão manteve um distanciamento com a comunidade indígena Guarani e Kaiowá, sendo que esta conexão e principalmente a atuação de representantes indígenas locais neste órgão, foi retomada a partir de 2023, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022.

Esta assembleia, contou com a presença de “aproximadamente 600 pessoas, pessoas: *nhandesys*, *nhanderus*, crianças, *Jarys*/parteiras, *Nhamõi* e comunidade em

---

<sup>4</sup> O ano de 2020 foi marcado pela da pandemia de coronavírus que assolou o Brasil e o mundo, afetando diretamente os povos indígenas. Diante da impossibilidade de deslocamento e a obrigação do distanciamento social, a assembleia foi realizada de forma online, utilizando a página do facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/kunanguelatyguasu>. Acesso em: -7.12.2020..

<sup>5</sup> Conforme: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4975-vi-kunague-aty-guasu-configura-espaco-de-dialogo-e-resistencia?start=1>



geral”, como descreve o documento final, sendo que o debate das e com as mulheres indígenas, com a presença de não indígenas, foi conduzido pelas lideranças femininas que organizaram o evento e redigiram o documento final, o qual apresenta os principais temas debatidos na assembleia, como o enfrentamento as violências aqui relatado. Ao analisar o discurso produzido pelas mulheres indígenas, estou pensando em um novo paradigma para a História que se percebe através da linguagem, pois “toda a realidade é mediada pela linguagem e pelos textos, portanto toda a pesquisa histórica é dependente da reflexão sobre o discurso’ uma definição que lhe dá Gerard Noiriel, que contestou a esse movimento a supremacia da narrativa” (ROUSSO, 2016, p.227). Portanto, a análise do discurso escrito por mulheres indígenas e a partir da participação coletiva de um grupo, carrega a força das denúncias de violências sofridas e propostas das mesmas diante da ausência do Estado no enfrentamento das violências.

Trazer o debate das mulheres indígenas na história do tempo presente é pensar uma pesquisa *com* as mulheres indígenas e não *sobre* elas, sendo que estou entendendo a assembleia como um espaço de construção coletiva. O artigo de Daphne Patai propõe enfocar questões éticas da pesquisa feminista realizada com mulheres, na qual analisa principalmente as narrativas pessoais de mulheres trabalhadoras brasileiras. A autora alerta para as trocas entre pesquisadora e sujeitos de pesquisa, principalmente quando se trata de situações estruturalmente assimétricas, as quais podem ser consideradas como exploração ou forma de tirar proveito das interlocutoras ou colaboradoras, termo utilizado no texto. “Minha vida é meu ingrediente. Eu simplesmente não posso deixar você usá-lo”. (PATAI, 2010, p. 82) é o que uma de suas colaboradas afirma sobre a possibilidade da pesquisa fazer uso da narrativa destas mulheres. Se a pesquisa de Daphne Patai nos ajuda a pensar sobre o uso de fontes orais, em relação a sua produção, finalidade e forma, o historiador Giovanni Levi nos ajuda a refletir sobre a não neutralidade das fontes documentais e da realização da pesquisa: “Não acredito em um historiador neutral que não sabe nada e somente escuta os documentos. Deve escutar sabendo que deve renunciar a muito de si mesmo, de suas ideias e de suas informações.” (LEVI, 2014, p.10). Por esse motivo, além de discutir a não neutralidade dos documentos, Levi considera estas fontes como inimiga dos historiadores, por “sempre são falsos”, em que a parcialidade e a forma fragmentaria de narrar uma história, eis que



“se temos montes de documentos sobre algo, temos só fragmentos — um monte de fragmentos. Os documentos sugerem que nós sabemos o que é necessário saber, mas mentem por sua parcialidade”(LEVI, 2014, p.10). Se o relatório final não traz a força do debate presencial, do encontro, dos sentimentos trocados e afetos envolvidos, bem como o impacto da reunião de mulheres indígenas, as quais vivem muitas vezes isoladas em seus territórios e se reúnem em situações excepcionais como a assembleia, é possível analisar o discurso produzido e escrito pelas mesmas no relatório final. A análise do documento não retira o protagonismo destas quando expõem suas conclusões e necessidades de forma direta, através de discursos orais, mas entendo o documento importante para refletir sobre duas importantes questões: as dificuldades e a superação destas mulheres para redigirem e se adaptarem a uma língua que não é a sua língua materna; a dificuldade de sintetizar e agrupar em quinze páginas inúmeras reivindicações específicas, bem como as emoções vividas durante esse encontro realizado de forma presencial em uma terra indígena. Quando a historiadora Daphne Patai fala da devolução que uma pesquisa realizada por pessoas ou grupos feministas deve ocorrer em relação às pessoas pesquisadas registra que “alguns grupos feministas no Brasil (bem como pesquisadores de outros contextos) tem argumentado que a pesquisa deve ser “devolvida”(PATAI, 2010, p.84), de uma forma ou de outra para as pessoas que a tornaram possível”, mas que a autora “sugere uma série de escolhas que não pode ser as de costume dos acadêmicos” (PATAI, 2010, p.84), como a entrega de um livro ou cópia da publicação. No caso das mulheres indígenas há uma necessidade visível da implicação pessoal da pesquisadora com o grupo, ou seja, não há que se aproximar de um grupo visivelmente vulnerável, excluído e vítima de um genocídio orquestrado pelo Estado Brasileiro, sem se posicionar de forma a assumir uma postura ética que envolve a devolução através de alguma forma de participação efetiva ou até mesmo de um apoio. Daphne Patai sugere em sua pesquisa auxiliar uma “fundação apoiada por mulheres” (PATAI, 2010, p.85). Assim, no caso da assembleia e do relatório analisado esse apoio pode se dar através da divulgação das pautas e agendas específicas das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá e do auxílio financeiro da forma que for possível, seja de forma direta, como indireta através da venda de produtos, artesanatos ou divulgando nos grupos pessoais buscando auxílio para as diferentes



formas de arrecadação de auxílios. A ausência e o descaso do Estado com essa população faz com que eles próprios se organizem ou requeiram o apoio da sociedade civil para questões básicas relativas a serviços essenciais que deveriam ser fornecidos pelo Estado, como acesso à água, saúde, educação e alimentação.

As mulheres indígenas afirmam em assembleia que elas são as protagonistas e nós somos apenas “escuta”. Quando analiso um documento que é fruto de uma reivindicação coletiva de mulheres indígenas percebo que assim como “os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra” (BOSSI,2003,p.15) e nos fazem ser escuta. Essas mulheres nos permitem outras narrativas possíveis, pois a “história que se apoia unicamente em documento oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (BOSSI,2003,p.15) e o documento que analisamos apesar de ter limitações, traz a força de seu discurso e de suas imagens.

A realização de uma assembleia anual que “não é um espaço só de mulheres”, mas que é organizada por elas, faz menção à necessidade da escuta dos homens indígenas e das autoridades diante das questões levantadas pelas mulheres indígenas.

Para as mulheres indígenas Guarani e Kaiowá organizadas em assembleia, as violências são fenômenos abrangentes mas que incluem “todos os pacotes de leis que ferem os nossos corpos, nos violam, nos assassinam e retiram o nosso direito à vida”, conforme dispõe o relatório escrito por elas e que interpreto como uma forma de perceber a intervenção do Estado sobre os corpos das mulheres, também como uma forma de violência. O relatório também afirma a perspectiva multiplicadora das agendas e denúncias feitas na assembleia e descritas no relatório, que afirma que o espaço do encontro pretende estar “à disposição para ecoar as vozes das mulheres que queiram falar sobre a violência”, conforme dispõe o relatório final da Assembleia realizada em 2019.

Desta forma, o relatório propõe que a organização de mulheres e suas demandas trata-se de “um pedido de socorro à VIDA das Mulheres Guarani e Kaiowá”<sup>6</sup>, evidenciando o caráter deste espaço como um canal de denúncia principalmente para as

---

<sup>6</sup> As palavras escritas em caixa alta foram assim destacadas no próprio relatório da assembleia realizada no ano de 2018.



mulheres que vivem nos *tekohas* e áreas de retomada, que estão distantes da cidade e do acesso às políticas de proteção acessadas diante das violências sofridas no contexto familiar e doméstico. Estas mulheres usam o espaço da assembleia para denunciar pois “a violência nos fere cotidianamente, e avançam com mais forças”, sendo que no relatório realizado após a assembleia do ano de 2019<sup>7</sup> configurou-se como um ambiente bastante hostil para as mulheres brasileiras, especialmente para às mulheres indígenas. Desta forma ficou evidente que um dos sentimentos acionados coletivamente é o medo, o medo da morte do seu próprio corpo e de seus familiares, mas também que visam proteger o seu território com o próprio corpo e a própria vida.

### **Mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha: reflexões sobre corpos vulneráveis**

Em relação à legislação específica de enfrentamento às violências contra as mulheres, a Lei Maria da Penha<sup>8</sup>, o relatório final da assembleia pede “que haja um parágrafo que atenda às nossas especificidades como mulheres indígenas”, como está disposto no relatório final da assembleia realizada no ano de 2019. Esta especificidade em relação às mulheres indígenas se refere ao distanciamento geográfico, o que também é uma problemática debatida por mulheres em contexto rural, mas também traz explícita a ausência de políticas públicas e sociais em relação à população indígena brasileira, a completa ausência do Estado em relação ao enfrentamento das violências nos espaços das aldeias, reservas e áreas de retomada. A ausência do Estado se traduz em ausência de políticas públicas de segurança, mas também no não acesso a fornecimento de água, energia elétrica e sinal de telefone que podem ser considerados serviços públicos essenciais, por envolverem a satisfação de necessidades básicas para as pessoas, o que

---

<sup>7</sup> Com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018 e sua posse em 2019, diferentes políticas para as mulheres foram extintas, inclusive a Secretaria de Política para as Mulheres, a qual realizava diferentes política de enfrentamento as violências contra as mulheres, inclusive com um recorte interseccional, destacando as mulheres indígenas.

<sup>8</sup> Conhecida como Lei Maria da Penha, a Lei 11340/2006 visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 02.12.2020.



traduz a situação de extrema vulnerabilidade social em que vivem as populações indígenas brasileiras, situação esta acentuada em relação às mulheres e crianças.

A questão da imposição de uma língua colonial e a “fixação das línguas nacionais, de renovação cultural, a palavra escrita vai assumir um papel central na captura das palavras perigosas, palavras rebeladas, palavras heréticas, palavras imorais” (ALBUQUERQUER JÚNIOR, 2007, p. 230), sendo que as mulheres indígenas expõem que realizar suas denúncias através de uma língua colonial, ou seja, não é possível se comunicar através da sua língua materna que é o Guarani. Para elas, a escrita e a comunicação (ao realizarem denúncias) em uma língua que não é a sua, também é uma marca da imposição, da violação e a da violência, de uma ferida que não cura, em que a língua indígena se tornam “palavras estrangeiras e estranhas, das palavras não autorizadas e sem autoridades, das velhas palavras e das palavras sem valia, das palavras sem estética e sem a ética desejada”(ALBUQUERQUER JÚNIOR, 2007, p. 230). Estrangeiros, desconhecidos e considerados os “outros” em seu próprio território, transformados em estranhos, sendo eles/elas considerados os usurpadores daquilo que lhes é próprio (o território), o que faz com que desconheçamos a cultura e as línguas faladas pelas comunidades tradicionais, diante de uma uniformização imposta pelo poder colonial, como a língua.

Os documentos que são os relatórios finais são produzidos utilizando de imagens realizadas nas próprias assembleias, em sua maioria. Trazer imagens de suas participantes, as quais estão na maioria das vezes acompanhadas de suas crianças demonstram a participação de mulheres indígenas diversas, e principalmente sua diversidade geracional, pois as imagens demonstram mulheres indígenas e seus bebês, crianças, mulheres idosas, etc. O uso de fontes iconográficas se mostra interessante para perceber como se deu certo acontecimento e mesmo quando temos uma descrição detalhada, a “autenticidade e inautenticidade em nada enfraqueceriam as ralas informações documentais que conseguimos extrair da imagem” (BEZERRA DE MENESES, 2002, p. 136). No caso de uma assembleia indígena, não acredito que seja o fato de termos “ralas informações” através destas imagens, pois é possível observar o



público participante, o local e a estrutura da assembleia, mesmo que o autor trate da “precariedade que a captação do instante agrava” (BEZERRA DE MENESES, 2002, p. 139), e que esteja entendendo “a fotografia como código histórico-cultural no seio mesmo da vida social”( BEZERRA DE MENESES, 2002, p. 146). Assim, ao cotejar com outras fontes ou analisa-las em conjunto, ou seja, a análise das imagens ao lado das narrativas das mulheres indígenas, estamos diante da ação de sujeitas históricas que atuam no presente, e são ativas e são parte do tempo presente, permitindo percebê-las como sujeitas de sua própria história.

A partir das fontes da pesquisa e dos aportes teóricos propostos pelos estudos de gênero, feministas e decoloniais é possível refletir sobre uma nova história indígena, protagonizada pelas próprias mulheres indígenas e suas narrativas. Que exigem o seu protagonismo quando exigem que as outras pessoas (principalmente as brancas) sejam escuta de suas agendas e reivindicações. Quando discutem as formas de enfrentamento as violências, e a necessidade de discutirem a aplicação da Lei Maria da Penha, a sua efetiva universalidade, o conhecimento por parte das mulheres indígenas de sua existência e aplicabilidade, estamos diante de uma ação e de um protagonismo, em que as emoções como o medo, mas também da alegria do encontro possível e de um espaço em que tenham suas vozes escutadas.

Assim, mesmo diante da suposta neutralidade dos direitos humanos, de que todas, todes e todos estariam protegidos, existe uma vulnerabilidade social e uma situação invisibilidade dos povos indígenas, especialmente desta etnia que vive um grave situação de conflito na região que ocupa tradicionalmente, tendo em vista a ausência da proteção do Estado em relação as áreas tradicionalmente ocupadas e os conflitos existentes entre as populações indígenas e os representantes do agronegócio. Assim, a situação de grave conflito existente no território que ocupam evidenciam a situação de extrema vulnerabilidade e violência, pois mesmo diante de uma suposta inclusão e universalidade por parte das legislações em relação a todas as pessoas que as deveriam proteger (sem diferenças) não as protege efetivamente. Portanto, diante das diferentes situações em frente (e enfrentando) o Estado, a letra fria da lei não dá conta de proteger as especificidades dos povos indígenas e aqui, especialmente em relação as meninas e mulheres indígenas. É preciso que se coloque luz e calor na sua



aplicabilidade, pois são a partir das vozes e das trajetórias das mulheres indígenas e de suas necessidades específicas é que é possível perceber que há muito a ser feito diante desta ausência de um Estado (que ainda preserva sua herança colonial).

Por este motivo, é que a análise do protagonismo destas mulheres no acesso a justiça e a atuação em sua organização coletiva, permitem não somente que todas as pessoas sejam escuta das narrativas destas vozes, mas que possamos propagar suas reivindicações coletivas que são necessárias e urgentes.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUER JÚNIOR, Durval Muniz de. **Historia**: a arte de inventar o passado. Bauru, SP: Edusc, 2007.

AREND, Silvia Maria Favero; MACEDO, Fabio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rosso. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009

BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Tempo**, 2014, v20, p. 1-10.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T. A fotografia como documento - Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. **Tempo**, núm. 14, 2002, pp. 131-151

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente e o contemporâneo. Tradução Fernando Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

PATAI, Daphne. Problemas éticos de narrativas pessoais, ou Quem vai ficar com o último pedaço do bolo?. In: PATAI, Daphne. **História Oral, Feminismo e Política**. São Paulo, Letra e Voz, 2010, p. 65-96.



MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs).  
Reserva Indígena de Dourados: Histórias e Desafios Contemporâneos. Ebook, São  
Leopoldo: Karywa, 2019 (2019)